



Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA nº 1/2019

**Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Penamacor,
realizada em trinta de janeiro de dois mil e dezanove**

Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove, reuniu no Salão Nobre da Câmara Municipal em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Penamacor sob a Presidência de António Vieira Pires, tendo sido coadjuvado pelos membros, Francisco Abreu Esteves e Valéria Gonçalves Cruchinho na qualidade de primeiro e segundo Secretários da Mesa, respetivamente. -----

Após ter verificado a existência de quórum, o Senhor Presidente da Mesa deu por aberta a sessão eram vinte horas e trinta minutos. -----

Verificada a comparência dos Senhores membros da Assembleia, registaram-se as seguintes presenças: António Vieira Pires, Francisco Abreu Esteves, Valéria Gonçalves Cruchinho, Manuel Marcelo, Guida Leal, João Luís Vaz, Nuno Vaz Gonçalves, Renato Robalo da Silva, Rogério Silvestre da Cruz, Maria Elisa Manteigas, Hélio Crucho, Samuel Osório, Patrícia Leitão, Carlos Alberto Pires e Sandra Almeida. -----

Presentes e por inerência estiveram também os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Luís Mendes Vaz, Álvaro Gil Leitão, André Jacinto Silva, João Alves, António Gil, Silvino Vinha Veigas, António José Robalo, António Pinto e João de Campos. -----

Presentes, por parte do órgão Executivo estiveram o Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, o Vice-Presidente da Câmara Manuel Joaquim Robalo, e as Vereadoras Sandra Vicente e Anabela Campos, encontrando-se ausente o Vereador Domingos Torrão. -----

A Assembleia Municipal reuniu de acordo com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I. Período da Ordem do Dia, nos termos do artº 16º do Regimento em vigor. -----

1. Apreciação, discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal – **Descentralização Administrativa.**
2. Apreciação, discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal – **Descentralização de Competências na CIMBB.** -----

O Senhor Presidente da Mesa, passou de imediato ao Ponto Um da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 1 – Apreciação, discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal – Descentralização Administrativa. -----

António Vieira Pires
efatos
Página 1 de 10



Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara: -----

Senhor Presidente da Câmara: -----

Cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Deputados Municipais, Comunicação Social e Público presente. -----

Informou que a realização da Sessão Extraordinária surge em face da necessidade de decisão da aplicação legal dos Decretos-Lei respeitantes à Descentralização Administrativa de competências para o Município e para a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, alguns de decisão obrigatória por parte do Município até trinta e um de janeiro e outros até dois de fevereiro de dois mil e dezanove. Apresentou em simultâneo os dois pontos porque estão interligados. Informou que na Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, adiante designada por –“CIMBB”, já existiu deliberação aprovada por unanimidade, em que dos quatro diplomas setoriais estipulados para a descentralização de competência para a “CIMBB”, foi deliberado aceitar os diplomas referentes aos “fundos europeus e a aceitação de investimento para o e turismo”, não aceitando a “justiça” e os “bombeiros”. Esclareceu que as duas competências a transferir para a “CIMBB” têm a ver com estratégias intermunicipais, com aviso do próprio fundo de coesão no âmbito regional e supramunicipal. No âmbito das competências a transferir para o Município, esclareceu que algumas têm de ter envelope financeiro associado e outras dispensam envelope financeiro. Apresentou nove competências a transferir para o Município de Penamacor, e conforme deliberação por unanimidade em Reunião de Executivo Municipal, apresentou a proposta à Assembleia Municipal de cinco competências a aceitar e quatro a recusar. Sobre o Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27/11 (Exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar) informou que, no Concelho de Penamacor até à data, não existe esta atividade. O Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27/11 (Praias), incide sobre as Praias marítimas e também praias fluviais, dado que não tem custos para o Município; é uma questão meramente burocrática. O Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29/11 (Estruturas de Atendimento ao Cidadão) (também permite a transferência para as freguesias no que respeita à instalação de Espaços do Cidadão). Sobre o Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29/11 (Domínio de gestão do património imobiliário público sem utilização), no Concelho de Penamacor, está interligada com a questão do portal da habitação e de eventuais apoios ao mercado, e de reabilitação para efeito de arrendamento; informou que qualquer cidadão que queira investir no Concelho de Penamacor na reabilitação, já não terá que articular com Lisboa, pode fazê-lo no Município. Os Diplomas, em coerência com a deliberação da “CIMBB”, a recusar são o Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11 (Associações de Bombeiros), o Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11 (Justiça) (também permitindo a transferência para as entidades intermunicipais), o Decreto Lei n.º 100/2018, de 28/11 (Domínio



Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

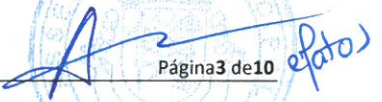
das vias de comunicação) e o Decreto Lei n.º 107/2018, de 29/11 (Estacionamento Público). porque não existe envelope financeiro associado em nenhum dos diplomas. Quanto ao diploma do estacionamento público, expressou que o Município não tem estrutura para ter uma Polícia Municipal para estes efeitos e o Concelho de Penamacor tem um posto de Guarda Republicana bastante fortalecido recentemente com um aumento bastante favorável de efetivos. A proposta apresentada pelo Executivo Municipal tem em conta o haver ou não envelope financeiro associado, devidamente definido e negociado e em coerência com a deliberação tomada pela "CIMBB", e com a Assembleia Intermunicipal.-----

O Senhor Presidente da Mesa, perguntou aos Senhores Deputados Municipais se pretendiam usar da palavra sobre o ponto, inscreveu-se o Deputado Municipal Manuel Marcelo. -----

Deputado Manuel Marcelo: -----

Cumprimentou todos os Deputados Municipais e cumprimentou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restante Mesa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Executivo Municipal e Deputados(as) Municipais, Comunicação Social e Público presente. -----

Sobre o primeiro ponto da ordem de trabalhos, expressou que apresenta um vício de forma, porque o Senhor Presidente da Câmara apresentou uma Ata da reunião do Conselho Coordenador da "CIMBB" com decisões, sem saber se a Assembleia Municipal de Penamacor concordava com as decisões com que se comprometeu. Referiu que não faz sentido que a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa se pronuncie primeiro sobre a transferência e delegação de competências da Administração Central para a gestão Autárquica, sem ter conhecimento das deliberações das Assembleias Municipais. Considerou que isso pressupõe que todos os Municípios têm de concordar com a decisão tomada pela Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa - "CIMBB". Referiu que lutou pela Regionalização e interveio para que houvesse descentralização administrativa e há uma década atrás, debateu-se pela insuficiência de verbas e receitas transferidas do Orçamento Geral do Estado, geridas localmente em percentagens de 5%, 6%; manifestamente pouco, em relação a outros países da União Europeia e exemplificou que em França rondavam os 16% e na Holanda 24%. Expôs que no momento estão perante uma circunstância relevante, quase histórica, em que a Administração Central, tomou a iniciativa por via legal, de acordo com a Constituição da República, transferir competências não só políticas, mas também administrativas. Considerou ser uma questão profunda e importante mas mencionou que o Governo da República andou apressado, porque entre a publicação dos diplomas e o ato formal em que estão a participar e a dar o seu contributo, devia ter havido divulgação e esclarecimentos públicos para os cidadãos houve uma


Página 3 de 10



Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ligeireza e desvalorização de dados de cidadania, porque não houve discussão pública. Afirmou que no Município de Penamacor, antes da Assembleia Municipal tomar a decisão se pretendia receber ou não as competências a transferir, verifica-se que tem de aceitar o que já se encontra definido e exemplificou com o estipulado no Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11 (Justiça), que permitia também a transferência para as entidades intermunicipais, mas o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo juntamente com “CIMBB”, consideraram não aceitar a transferência. -----

O Deputado Manuel Marcelo teceu algumas considerações sobre as propostas apresentadas pela Câmara Municipal e sobre as competências definidas nos Decretos-lei a transferir para a Administração Local.-----

Acerca do D.L. n.º 98/2018, de 27/11 (Exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar); como referido pelo Senhor Presidente da Câmara, de momento não se aplica ao Concelho de Penamacor e concordou com a proposta apresentada pela Câmara Municipal. Sobre o D.L. n.º 97/2018, de 27/11 (Praias); sugeriu que se obtenha receitas através da criação de um Regulamento de Taxas específico ao funcionamento das praias fluviais do nosso Concelho. Alertou que o D.L. n.º 101/2018, de 29/11 (Justiça) permite a transferência para as entidades intermunicipais; e assinalou que os órgãos municipais e intermunicipais têm designadas competências em vários domínios: a inserção social de jovens e adultos, prevenção e combate à violência doméstica, julgados da paz, apoio às vítimas de crimes e inserção social de jovens e adultos. Assinalou que todas estas competências seriam competências que valorizam a cidadania e seriam áreas intervenção do Município e não de transferência para a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa. Sobre o D.L. n.º 103/2018, de 29/11 (Associações de Bombeiros), o Grupo Parlamentar Independente – “Penamacor Um Concelho no Coração”, concordou com a proposta apresentada, pela necessidade de envelope financeiro associado. Sobre o D.L. n.º 105/2018, de 29/11 (Habitação); concordou com a parte social associada à Administração Central e perguntou se existe alguma habitação social da Administração Central, no Concelho de Penamacor que possa vir a pertencer ao património do Município. Sobre as competências previstas no D.L. n.º 104/2018, de 29/11 (Estruturas de Atendimento ao Cidadão) que também permite a transferência para as Freguesias; no que respeita ao Município pode criar um balcão de atendimento e de apoio ao Cidadão, com horários flexíveis e nas Freguesias maiores se as Assembleias de Freguesia deliberarem aceitar, podem instalar espaços de atendimento ao cidadão. Expôs que o Grupo Parlamentar Independente – “Penamacor Um Concelho no Coração”, concordou com a proposta apresentada pela Câmara Municipal, porque sem a existência de um pacote financeiro associado, o Município não pode aceitar as competências previstas no D.L. n.º 100/2018, de 28/11 (Domínio das vias de comunicação). -----

Assinalou que de acordo com o D.L. n.º 106/2018, de 29/11 é permitido o domínio de gestão do património



Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

imobiliário público sem utilização. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara sobre a existência de imóveis da Administração Central a transferir para o imobilizado da Autarquia. -----

Por último referiu o D.L. n.º 107/2018, de 29/11 (Estacionamento Público), concordou com a proposta apresentada pela Câmara Municipal e considerou que é necessário a transferência de apoio financeiro para a sua execução.-----

O Senhor Presidente da Câmara, solicitou a palavra ao Presidente da Mesa: -----

Senhor Presidente da Câmara: -----

Sobre a exposição apresentada pelo Deputado Manuel Marcelo acerca da descentralização administrativa, explicou que existem duas situações: uma prende-se com a inexistência de transferência de capital financeiro, porque algumas das competências exigem às Autarquias despesas fixas. A outra questão prende-se com a falta de recursos humanos e expôs que a estrutura da Câmara Municipal, neste momento, não suporta a contratação de novos recursos humanos para algumas das áreas. Esclareceu que se as competências tiverem envelope financeiro associado, estarão disponíveis para as analisarem e contratarem recursos humanos adequados. Informou que sobre a descentralização administrativa, que irá ser apresentada na sessão da Assembleia Municipal de junho, é mais crítico e irá merecer uma reflexão profunda. Informou o Deputado Manuel Marcelo que a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa e a Assembleia Intermunicipal decidiram dentro do “timing” legal, e explicou que a Lei condiciona as decisões deliberadas à aprovação das Assembleias Municipais envolvidas, mas a “CIMBB” e a Assembleia Intermunicipal tinham de deliberar até à data efetiva sobre os sessenta dias estipulados no Decreto-Lei e que terminavam no final do mês de janeiro. Relativamente ao D.L. n.º 105/2018, de 29/11 que expõe a habitação, informou que não se trata de transferência de bairros habitacionais para a Câmara, mas o que está em causa é que o Município passa a ser um parceiro juntamente com o portal da habitação nos apoios dados à requalificação e arrendamento de imóveis, estando assim mais próximo dos nossos cidadãos. -----

O Deputado Manuel Marcelo, solicitou um ponto verbal de ordem à Mesa, que lhe foi concedido.-----

Deputado Manuel Marcelo: -----

Explicou que a Assembleia Municipal só é chamada a decidir sobre as transferências que o Executivo Municipal propôs para serem recusadas e considerou que as competências que o Executivo Municipal aceitou, não são pertinentes a serem submetidas a votação. -----

O Senhor Presidente da Câmara, solicitou a palavra ao Presidente da Mesa: -----



Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Presidente da Câmara: -----

Esclareceu que a proposta da Câmara Municipal refere todos os diplomas e tem de ser deliberada, independentemente do sentido da votação e elucidou que a votação a efetuar diz respeito à descentralização administrativa referente ao ano dois mil e dezanove e até dia trinta de junho terá de haver deliberação respeitante ao ano de dois mil e vinte. -----

O Senhor Presidente da Mesa, informou que a Assembleia Municipal é soberana e votará individualmente cada uma das transferências, no sentido de saber a opinião de todos os Deputados Municipais sobre a proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

a) D.L. n.º 98/2018, de 27/11 (Exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar); -----

Votação: APROVADA POR UNANIMIDADE a proposta da Câmara Municipal com vinte e quatro (24) votos a favor. -----

b) D.L. n.º 97/2018, de 27/11 (Praias); -----

Votação: APROVADA POR UNANIMIDADE a proposta da Câmara Municipal com vinte e quatro (24) votos a favor. -----

c) D.L. n.º 101/2018, de 29/11 (Justiça) (também permitindo a transferência para as entidades intermunicipais);

Votação: APROVADA POR MAIORIA a proposta da Câmara Municipal com, com vinte e dois (22) votos a favor e duas (2) abstenções dos Deputados Municipais; Manuel Marcelo e Nuno Vaz Gonçalves. -----

d) D.L. n.º 103/2018, de 29/11 (Associações de Bombeiros);-----

Votação: APROVADA POR UNANIMIDADE a proposta da Câmara Municipal com vinte e quatro (24) votos a favor. -----

e) D.L. n.º 105/2018, de 29/11 (Habitação); -----

Votação: APROVADA POR UNANIMIDADE a proposta da Câmara Municipal com vinte e quatro (24) votos a favor. -----

f) D.L. n.º 104/2018, de 29/11 (Estruturas de Atendimento ao Cidadão) (também permite a transferência para as freguesias no que respeita à instalação de Espaços Cidadão); -----

Votação: APROVADA POR UNANIMIDADE a proposta da Câmara Municipal com vinte e quatro (24) votos a favor. -----

g) D.L. n.º 100/2018, de 28/11 (Domínio das vias de comunicação); -----

Votação: APROVADA POR UNANIMIDADE a proposta da Câmara Municipal com vinte e quatro (24) votos a favor. -----



Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

h) D.L. n.º 106/2018, de 29/11 (Domínio de gestão do património imobiliário público sem utilização); -----

Votação: APROVADA POR UNANIMIDADE a proposta da Câmara Municipal com vinte e quatro (24) votos a favor. -----

i) D.L. n.º 107/2018, de 29/11 (Estacionamento Público). -----

Votação: APROVADA POR UNANIMIDADE a proposta da Câmara Municipal com vinte e quatro (24) votos a favor. -----

Colocada à votação da Assembleia Municipal ao abrigo das competências previstas na alínea k) do nº 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a proposta da Ordem de Trabalhos no **Ponto 1 – Descentralização Administrativa**, foi **APROVADA POR UNANIMIDADE** com vinte e quatro (24) votos a favor. O D.L. n.º 101/2018, de 29/11 (Justiça) (também permitindo a transferência para as entidades intermunicipais), foi **APROVADO POR MAIORIA** com vinte e dois (22) votos a favor e duas (2) abstenções dos Deputados Municipais; Manuel Marcelo e Nuno Vaz Gonçalves. -----

Nos termos e para os efeitos dos nºs 3 e 4 do artº 57 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, **foi também deliberado, por UNANIMIDADE, aprovar a presente deliberação em Minuta**, com vinte e quatro (24) votos a favor no sentido de produzir eficácia imediata à sua aprovação. -----

O Senhor Presidente da Mesa, passou de imediato ao Ponto Dois da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 2 - Apreciação, discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal – **Descentralização de Competências na CIMBB**. -----

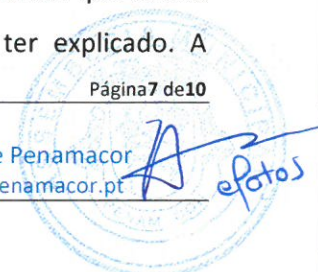
O Senhor Presidente da Mesa, perguntou aos Senhores Deputados Municipais se pretendiam usar da palavra, solicitaram a palavra e os Deputados Municipais, Francisco Abreu e o Deputado Manuel Marcelo, que lhes foi concedida. -----

Deputado Francisco Abreu: -----

Cumprimentou o Senhor Presidente da Mesa, Presidente da Câmara, colega da Mesa, Deputados Municipais, Comunicação Social e Público. -----

Dirigiu-se ao Deputado Manuel Marcelo e referiu que quase concordou a 100% com o que deputado disse acerca da forma como o processo deveria ter decorrido, porque é preciso que estes órgãos sejam dignificados. Informou que esteve presente com o Deputado Hélio Crucho na Assembleia Intermunicipal da “CIMBB” e em conversa com vários colegas Deputados Intermunicipais falaram sobre esse aspeto; mas, reconhece que existiu alguma razão para que assim tivesse sido depois de o Senhor Presidente da Câmara ter explicado. A

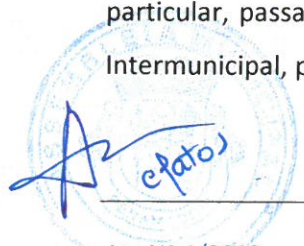
Página 7 de 10





Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Intermunicipal reuniu antecipadamente e sobrepôs-se à decisão de cada uma das Assembleias Municipais Considerou que não deveria ser assim, porque a Assembleia Intermunicipal é um órgão supramunicipal e deveria ter em alguns aspetos a última palavra e não deveria ser convocada para se pronunciar, antes das Assembleias Municipais se terem pronunciado. Concordou que de uma vez por todas se deve atribuir o poder a este órgão – Assembleia Municipal que o povo elege diretamente em eleições autárquicas. Na reunião da Assembleia Intermunicipal da “CIMBB”, o Presidente do Conselho Intermunicipal fez uma clara explicação sobre o porquê da decisão ter sido adotada pelos seis Presidentes de Câmara que constituem o Conselho Intermunicipal. Deu conhecimento do documento aprovado por unanimidade no Conselho Intermunicipal e informou que a Assembleia Intermunicipal da “CIMBB” é constituída por Deputados Intermunicipais eleitos pelas Assembleias Municipais, cuja maioria é do “Partido Socialista”, mas também têm assento Deputados Intermunicipais eleitos pelos “Partido Social Democrata” e concordaram por unanimidade, que o Decreto-Lei n.º 99/2018, de 28/11/2018 que concretiza o quadro de transferência de competências no domínio da promoção turística, faz sentido, porque se promove em conjunto uma região. Em relação ao Decreto-Lei n.º 101/2018 de 29/11/2018 que concretiza o quadro de transferência de competências no domínio da justiça; o Senhor Presidente da Câmara explicou que é necessário haver mais recursos humanos capazes de acudir às questões mencionadas no Decreto-Lei. Sobre o Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11/2018, que concretiza o quadro de transferência de competências no domínio da participação na definição da rede dos quartéis de Bombeiros Voluntários e na elaboração de programas de apoio às suas corporações, disse que a Câmara Municipal e a “CIMBB” não aceitaram porque as Câmaras Municipais já são o grande suporte das Associações de Bombeiros em todos os Concelhos. O Presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Rodão e Presidente do Conselho Intermunicipal disse, como todos sabemos, que a questão da organização da Proteção Civil e dos Bombeiros tem de ser resolvida pelo Estado e não faz sentido que se obrigue as Câmaras Municipais e as Assembleias Municipais a assumir essa responsabilidade. Acerca do Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29/11/2018 que concretiza o quadro de transferência de competências no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento, disse que a questão prende-se com os fundos europeus e com os programas de captação de investimento. Expressou que faz sentido aprovar a proposta da Câmara Municipal porque tendo em conta que são verbas provenientes de programas europeus para as regiões, e não especificamente para cada Município em particular, passa por várias entidades requererem verbas em conjunto para a região através da Comunidade Intermunicipal, porque assim haverá um outro poder para conseguir captar investimento. -----


A
efato



Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputado Manuel Marcelo: -----

Como líder representante do Grupo Parlamentar Independente – “Penamacor Um Concelho no Coração”, concordou com a proposta apresentada pelo Executivo Municipal e considerou que a promoção turística e os projetos financiados por fundos europeus e os programas de captação de investimento ganham mais poder se forem tratados num território mais amplo do que em cada um dos Concelhos. -----

O Senhor Presidente da Mesa, procedeu à votação dos diplomas, de acordo com a proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----

a) Decreto-Lei n.º 99/2018, de 28/11/2018, concretiza o quadro de transferência de competências no domínio da promoção turística; **Votação: APROVADA POR UNANIMIDADE** a proposta da Câmara Municipal com vinte e quatro (24) votos a favor. -----

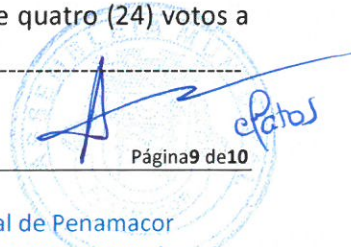
b) Decreto-Lei n.º 101/2018 de 29/11/2018, concretiza o quadro de transferência de competências no domínio da justiça; **Votação: APROVADA POR UNANIMIDADE** a proposta da Câmara Municipal com vinte e quatro (24) votos a favor. -----

c) Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29/11/2018, concretiza o quadro de transferência de competências no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento; **Votação: APROVADA POR UNANIMIDADE** a proposta da Câmara Municipal com vinte e quatro (24) votos a favor. -----

d) Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11/2018, concretiza o quadro de transferência de competências no domínio da participação na definição da rede dos quartéis de Bombeiros Voluntários e na elaboração de programas de apoio às suas corporações; **Votação: APROVADA POR UNANIMIDADE** a proposta da Câmara Municipal com vinte e quatro (24) votos a favor. -----

Colocada à votação da Assembleia Municipal ao abrigo das competências previstas na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a proposta da Ordem de Trabalhos no **Ponto 2 – Descentralização de Competências na CIMBB**, foi **APROVADA POR UNANIMIDADE** com vinte e quatro (24) votos a favor. -----

Nos termos e para os efeitos dos nºs 3 e 4 do artº 57 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, **foi também deliberado, por UNANIMIDADE, aprovar a presente deliberação em Minuta**, com vinte e quatro (24) votos a favor no sentido de produzir eficácia imediata à sua aprovação. -----


Página 9 de 10



Município de Penamacor
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão Extraordinária de trinta de janeiro de dois mil e dezanove eram vinte e uma horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente Ata, que, depois de lida e votada, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e por mim, efatos, Assistente Técnica designada para apoio ao Secretariado desta Assembleia Municipal de Penamacor, que a redigi e subscrevo. -----

Faz parte integrante desta Ata a gravação áudio desta Sessão, a qual fica depositada nos Serviços do Secretariado da Assembleia Municipal de Penamacor. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



(António Maria Vieira Pires)

A Assistente Técnica



(Carla Matos)